



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

**ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TRT DA 11ª REGIÃO**  
**-14/11/2022.**

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de 2022, às 10 horas, reuniram-se, na Sala Multiuso, para tratarem de temas relacionados à execução da Estratégia Institucional do TRT11, no que tange ao PEI 2021-2026 e ao Plano de Gestão da Presidência (PGP 2020-2022), sob a presidência da Excelentíssima Desembargadora **ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES**, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, os dirigentes do nível tático do TRT11 e demais servidores por eles indicados, os quais se encontram abaixo relacionados: **Maria José da Silva Freitas Santos** (Secretária-Geral da Presidência - SGP), **Ildfonso Rocha de Souza** (Diretor-Geral - DG), **Gabriela Maria Aragão Nery** (Secretária-Geral Judiciária - SGJ), **Nereida Martins Lacerda** (Diretora da Secretaria da Corregedoria Regional - CORREGI), **Mônica Lopes Sobreira Leite Rodrigo** (Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGEST), **Rodrigo Sávio de Matos Galindo** (Assistente do Gabinete de Apoio à Secretaria de Gestão de Pessoas - SGPEs), **Evandro Video de Souza Junior** (Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC), **Ricardo Marques de Lima** (Diretor da Secretaria de Administração - SAD), **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino** (Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF), **Ana Carolina Campos da Silva Santos** (Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social - COCOM), **José Ricardo Ribeiro dos Santos** (Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos - COMANP), **Ricardo Henrique Alves de Carvalho** (Coordenadoria de Apoio aos Sistemas PJe e e-Gestão - CONAPE), **Jonatas Andrade dos Santos** (Diretor da Assessoria de Estatística - ASSEST), **Elson Martins de Sena** (em substituição à Diretora da Coordenadoria de Apoio à Execução e Cooperação Judiciária - CONAECJ, Cristina Marinho da Cruz Santos), **Carolina Jean Pinheiro** (Diretora da Coordenadoria de Saúde - CODSAU), **Oswaldo Henrique Rodrigues da Silva** (Diretor da Coordenadoria de Segurança Institucional - COSEG), **Robson Barbosa Cordeiro** (Assistente da Coordenadoria de Segurança Institucional - COSEG), **Paula Sauer Diehl** (Chefe da Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade - SEAMB), **Winder Jane Moreira Silva** (Chefe da Seção de Gerenciamento de Projetos - SEGEPRO), **Daniel Santos da Silva** (Assistente da Seção de Gerenciamento de Processos de Negócios - SEGENE) e **Gabriel Melgueiro Neto** (Assistente Chefe da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGEST). Participaram também da última RAE de 2022, o Excelentíssimo Desembargador **AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA**, eleito presidente do TRT11 para o biênio 2022-2024 e a servidora **Neila Hagge Belloni de Medeiros** (Diretora da Coordenadoria da Escola Judicial do TRT11). A reunião foi aberta pela Excelentíssima Senhora Presidente do TRT da 11ª Região, Desembargadora **ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES**, a qual deu boas vindas a todos, agradeceu-lhes pela presença e passou logo em seguida a palavra à Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGEST), a servidora **Mônica Lopes Sobreira Leite**, que, inicialmente, cumprimentou as pessoas presentes e esclareceu que a pauta da RAE contemplava os seguintes assuntos: I - Prêmio CNJ de Qualidade; II - Datajud; e III - Acompanhamento dos Projetos, sendo objeto da sua apresentação os dois primeiros, ocasião em que justificou o porquê de referidos itens terem entrado na pauta da reunião: a



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

autoridade máxima da atual gestão e da gestão do biênio 2022-2024 estavam presentes no evento e havia pontos relevantes para a melhoria do desempenho do Tribunal a serem discutidos. Antes de iniciar a apresentação dos slides, a **Diretora da SEGEST** solicitou a Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11 que a apresentação do Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) fosse antecipada em face de demandas urgentes relativas à segurança da informação, considerando a fraude envolvendo os alvarás judiciais, que fora constatada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), solicitando também a antecipação da apresentação da Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social (COCOM). Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** teceu alguns comentários sobre a emissão fraudulenta dos certificados digitais que estava sendo veiculada na mídia naquela manhã, autorizando em seguida a mudança na ordem de apresentação dos setores conforme solicitado. A **Diretora da SEGEST** fez então os seguintes comentários sobre o **Prêmio CNJ de Qualidade**: é a maior premiação do judiciário para o Tribunal, possuindo 03 (três) categorias (Prata, Ouro e Diamante), e um prêmio à parte que é o de Excelência, que é recebido por apenas 1 (um) tribunal do país, independentemente do ramo de justiça, no caso, aquele que atingir a maior pontuação acima de 85%; para conseguir o Prata, o tribunal precisa ter 50% da pontuação e estar entre a 10ª e a 15ª posição; o Ouro, 60% da pontuação e estar entre a 4ª e a 9ª posição; o Diamante, 70% da pontuação e estar entre as 3 (três) primeiras posições; quando o TRT11 ganhou o Diamante em 2019, estávamos com uma pontuação de 82,5%; tivemos uma queda acentuada na pandemia; tentamos em 2022, com o apoio da Dra. Ormy Bentes, elevar a nossa pontuação, contudo, dependemos do tribunal como um todo; como a cada ano, os tribunais vão se aperfeiçoando, acredito que hoje um tribunal para conseguir o Diamante deve atingir em torno de 90%; o prêmio é dividido em 4 eixos: *Governança*: que equivale a 300 pontos, correspondendo a 23,7% da pontuação; *Produtividade*: 425 pontos, que equivale a 33,5% da pontuação; *Transparência*: 120 pontos, que correspondem a 5,9% da pontuação; *Dados e Tecnologia*: maior peso, 630 pontos, equivalendo a 36,9% da pontuação. Assim, os eixos que mais pontuam são o da *Produtividade* e o de *Dados e Tecnologia*; quanto ao eixo *Governança*, no slide que está aparecendo em tela, temos os itens com o nosso desempenho, ressaltando que se trata de uma projeção, posto que alguns dados só serão conhecidos quando for disponibilizada a ficha avaliativa do TRT11. Em atenção ao art. 5º, III, destaco que se quisermos implementar algo em relação à Resolução CNJ nº 219/2016, a data é 30 de junho; em relação ao eixo *Transparência*, nossa previsão é alcançarmos 90 de 120 pontos; quanto ao eixo *Produtividade*, nossa previsão é alcançarmos 33,5% da pontuação; já em relação ao eixo *Dados e Tecnologia*, 36,9% da pontuação. Quanto ao *Datajud*, a **Diretora da SEGEST** fez os seguintes comentários: é um sistema recente, de 2020, e apesar de não alcançarmos a pontuação total no que se refere a esse sistema, considero que houve avanços no TRT11, sendo importante, em termos de melhorias, a criação de um setor para tratar especificamente do *Datajud*, a exemplo do que ocorre com o PJe e e-gestão, porque o saneamento de dados está sendo feito desde março no âmbito da SEGEST, que já possui muitas atribuições, sendo a equipe formada por Daniel Santos – TI, Jonatas Andrade – ASSEST, Mônica Leite – SEGEST e Ricardo Carvalho – CONAPE, respondendo estes dois últimos servidores, no momento, pela área de negócios, que é quem traduz o que a área-fim faz dentro do sistema. É preciso, pois, que haja uma equipe multidisciplinar que cuide do *Datajud*, sendo tal demanda justificada até mesmo pelos saneamentos que vem sendo realizados, sendo significativa a alteração dos dados que foram tratados, a exemplo do *Tempo Médio entre início do processo e*



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

*primeiro julgamento*, que era 834 dias em 28/02/22 e passou a ser 280 dias em 31/07/2022 e do *Tempo Médio do pendente liquidado*, que era 1.283 dias em 28/02/22 – prazo esse que é irreal – e passou a ser 307 dias em 31/08/2022. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** questionou por que esse tempo médio de 1.283 dias era irreal, se estava relacionado a uma captura aleatória de dados. Ao que a **Diretora da SEGEST** explicou que o sistema Datajud captura dados no Banco de Dados do PJe e realiza cálculos, conforme regras de negócios, para transformar no indicador, o que faz com que alguns dados sejam irreais, como por exemplo na aba *produtividade* do painel estatístico, tínhamos 5.896 Decisões em 28/02/2022 – o que é muito pouco para 32 Varas de Trabalho e 14 gabinetes – e, após os saneamentos, passou a ser 23.121 em 31/03/22; 31.065 em 30/04/22; 49.707 em 31/07/22; e 64.706 em 31/08/2022; *Despachos*: 144 em 28/02/22; 40.061 em 31/03/22; 54.162 em 30/04/22; 82.929 em 31/07/22 e 121.552, em 31/08/22; *Liminares*: 0 (zero) em 28/02/22; 493 em 31/03/22; 671 em 30/04/22; 1.150 em 31/07/22; e 1.544 em 31/08/22; *Audiências*: 0 (zero) em 28/02/22; 10.641 em 31/03/22; 13.725 em 30/04/22; 24.600 em 31/07/22; e 35.700 em 31/08/22; Ressalto que não procede esse dado de 0 (zero) *Audiências* para a Justiça do Trabalho, o sistema é que não capturava no PJe. Quanto à aba *Gestão Processual*: em 28/02/22, 162.137 processos pendentes, o que não condiz com a realidade do Tribunal, pois se trata de um número muito grande; com o saneamento feito em 31/08/22, passou a ser 46.795 processos – porém, acredito que esse número ainda não seja real, pois se compararmos os dados com o e-gestão, o número provável seria em torno de 38 mil processos pendentes; em 28/02/22, 92.898 *Processos Concluídos*; com o último saneamento, esse número foi para 5.784, número razoável para a quantidade de julgados do Tribunal; em 28/02/22, 3.088 Entradas e em 31/08/22, 35.498; em 28/02/22, 02 Processos Julgados e em 31/08/22, 40.536; em 28/02/22, 1.332 Saídas e em 36.509. Quanto à aba *Indicadores*, a *Taxa de Congestionamento Líquida* que era 94,52% em 28/02/22, passou a ser 43,34% em 31/08/22; o *Índice de Atendimento à Demanda* que era de 42,38% passou a ser 104,81% em 31/08/22, que é o índice real do nosso Tribunal. Concluindo sua fala, a **Diretora da SEGEST**, com base nas diferenças apontadas com as atualizações de dados, reforçou a necessidade da criação de uma equipe voltada para o saneamento de dados no Datajud. Ao que o **Excelentíssimo Desembargador AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA** indagou sobre o monitoramento da portaria que regula o Prêmio CNJ de Qualidade, publicada em maio de cada ano, e o que referido monitoramento apontava sobre o desempenho do TRT11. Ao que a **Diretora da SEGEST** disse que sua unidade acompanha o atendimento dos itens até a data de envio do formulário com os dados que são informados pelos diversos setores do Tribunal, ressaltando que podem surgir itens novos, os quais são conhecidos apenas quando da publicação da portaria. Esse acompanhamento proporciona uma prévia da pontuação que o Tribunal poderá alcançar. Na edição atual do prêmio, a expectativa é que o TRT11 alcance 64% da pontuação, podendo haver um pequeno acréscimo porque há itens cuja pontuação somente é conhecida quando da publicação do resultado do prêmio, percentual esse que talvez coloque o Regional na categoria Prata, não se descartando também a possibilidade de o TRT11 não receber premiação, razão pela qual tal assunto foi incluído na pauta da presente reunião. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** salientou que a obtenção da premiação é algo que depende de todo o tribunal, de todo o corpo funcional, não dependendo apenas da atuação da Presidência do Regional, que, por sua vez, tem prestado todo o apoio à SEGEST na questão de acompanhamento do atendimento dos itens da portaria. Ressaltou ainda que o trabalho da gestão atual contribui para o desempenho



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

do tribunal no ano seguinte, pois as metas que contam no prêmio são as do ano anterior, ocasião em que mencionou que o ano de 2020 e 2021 sofreram impactos advindos com a pandemia de covid-19, tendo a sua gestão adotado várias iniciativas para minimizá-los. Passou-se então a tratar do acompanhamento dos projetos, obedecendo-se à seguinte ordem de apresentação: **1 - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC):** o servidor **Evandro Víde de Souza Junior**, Diretor da Setic, prestou as seguintes informações sobre os projetos da sua unidade: temos o **Conector do e-Social**, projeto nacional que está 100% concluído, proporcionando a comunicação dos sistemas de Gestão de Pessoas com o da Justiça do Trabalho e com o sistema e-Social, havendo apenas alguns ajustes demandados pelas próprias regras do e-Social; esse projeto é grande, tendo sido dividido em duas ações maiores, que era fazer um sistema que agregasse todas as informações do sistema de pessoal e a outra que fizesse a comunicação com o sistema do governo federal; o TRT2 trabalhou na primeira parte do agregador e o TRT11 trabalhou na segunda parte, que é o conector do e-Social; o **Conecta11** e o **WIFI11** são dois projetos que não serão terminados nesta gestão devido a problemas na licitação; a finalidade seria conectar as Varas do Interior para que não houvesse mais a queda de sinal; as Varas do Interior têm uma conexão direta com a sede pela Claro/Embratel e quando esse link cai, elas ficam totalmente fora do ar; é comum cair porque primeiro são links totalmente via satélite e com uma intempérie na cidade, a exemplo de queda de energia, eles param; a outra é que, mesmo em locais em que há links bons como em Parintins, com 8 mega, existe uma série de problemas até que esse link chegue na vara; às vezes, perdem-se cabos por problemas de atentados a torres da Claro, o que impede que o sinal chegue à cidade; então, o que buscamos com esse projeto é dispor de outra conexão nas Varas do Trabalho para que se caísse a conexão principal, haver outra saída e com isso atrelar o WIFI11, que seria dotar os prédios para uso tanto de servidores quanto de magistrados e jurisdicionados; a licitação que fizemos para o interior deu deserta, nenhuma empresa se habilitou para participar, então, neste momento, estamos reescrevendo essa solução e, de lá para cá, a tecnologia mudou, acabou de entrar no mercado a Starlink do Elon Musk; o projeto Amazônia Conectada, capitaneado pelo exército, está sendo retomado novamente, vamos tentar viabilizar diálogos com o Ministério da Defesa ou com o exército ou com quem possa nos ajudar, para saber como o TRT11 pode participar do Amazônia Conectada, no intuito de atender pelo menos as cidades atingidas pelos problemas de conexão; quanto à orientação dada ainda em 2021 pela presidência do TRT11 de conversar com as instituições bancárias do interior sobre a conexão utilizada, chegou-se a conclusão de uma solução utilizada pela Caixa Econômica Federal do interior, que é uma empresa que é contratada e é ela que vai prover o serviço de internet, não mais o tribunal se preocupando em fazer a contratação direta com a operadora, tendo sido realizada uma pré-reunião de alinhamento com a empresa contratada pela CEF para saber exatamente qual o tipo de serviço se encaixa, sendo prevista a contratação para o ano que vem. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** questionou por que a previsão da licitação era para 2023. O **Diretor da SETIC** respondeu o seguinte: há 02 dificuldades: escrever o documento para atingir todas as varas e a mudança de tecnologia que ocorreu; iríamos fazer contratações locais, teríamos 10 contratos, porém surgiu uma nova modalidade de serviço e nós decidimos pelo novo formato. Voltando a tratar dos projetos, o **Diretor da SETIC** falou o seguinte: quanto ao **ENPP, Ferramenta de Busca Patrimonial**, nós concluímos o desenvolvimento, porém, no momento da apresentação final da ferramenta para a equipe demandante para fins de homologação, foi levantada a possibilidade de implantarmos uma solução desenvolvida pelo TRT15 chamada EXT15, que





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

possui mais soluções que o ENPP, o que está sendo analisado pela área demandante; o **Plenário ao Vivo**: a Resolução Administrativa n. 104/2021, aprovada pelo Pleno do TRT-11 em 05/05/2021, autorizou a implementação do "Plenário ao Vivo", a fim de que as sessões telepresenciais do Tribunal Pleno, das Seções Especializadas e das Turmas passassem a ser transmitidas pelo Canal YouTube do TRT11; a partir de então, todas as sessões de julgamento telepresenciais dos órgãos colegiados do TRT11 são transmitidas pelo canal YouTube, impulsionando a transparência do Regional e a comunicação institucional com a sociedade, dois grandes pilares da atual gestão; **Painéis de Informações Gerenciais da Setic**: o painel surgiu com a proposta de otimizar o acompanhamento de contratos da unidade, considerando que a equipe da SETIC fica muito focada na parte técnica, em razão das muitas demandas recebidas, das quais destacamos o *Sistema de Sorteio*, que foi desenvolvido para atender as necessidades de seleção de magistrados e desembargadores para serem alocados no plantão do tribunal, contando com o apoio valioso da Secretaria-Geral Judiciária e da Secretaria do Pleno, porque há a questão das férias, das licenças; tentamos inicialmente adaptar o sistema do TRT2, mas a realidade deles é muito diferente da nossa; nós pesquisamos em outros tribunais antes de criarmos o nosso próprio sistema, seguindo a orientação da presidência do TRT11 de pesquisarmos soluções em outros Regionais, fazendo-se *benchmarking*, e se implantadas, que fossem dados os créditos para os criadores, produzindo também nossas próprias soluções, que poderão também servir de inspiração; o nosso sistema já está pronto, estando em processo de validação junto à área demandante; falando em criações de outros Regionais, gostaríamos de destacar o *chatbot Raira* do TRT14, que permite ao jurisdicionado interagir com o Tribunal automaticamente, falando com um robô que possui uma série de respostas pré-programadas acerca dos atendimentos ofertados; o *Sistema de arquivos RDC-Arq*, que permite o armazenamento de arquivos, de acordo com o padrão Archivematica, entendemos, em um primeiro momento, que seria melhor aguardar uma definição do Conselho Superior do Trabalho, já que o TRT4 estava iniciando os trabalhos para desenvolver o referido sistema e o mesmo serviria para todos os Regionais; entretanto, a presidência do TRT11 nos orientou a buscar na justiça estadual e federal, já que se tratava de item de pontuação do Prêmio CNJ e assim o fizemos; entramos em contato com o Tribunal de Justiça que desenvolveu esse sistema há 02 anos e conseguimos implantar tal ferramenta com o apoio da Presidência e do Centro de Memória do TRT11 e do próprio TJ, pontuando assim no prêmio; o *Sistema de Votação de Cargo*, que inclusive foi usado na eleição dos cargos de direção do biênio 2022-2024, sendo uma solução toda desenvolvida pela SETIC do TRT11; além disso, com o apoio da alta administração do TRT11 e com o entendimento do CSJT de que se fazia necessário investir em TI, em face do ataque hacker sofrido pelo TRT17, foram adquiridas estações de trabalho para servidores e Magistrados (650 microcomputadores e 650 monitores, 450 notebooks e 3 Estações de alto desempenho para a Engenharia) e com recursos descentralizados, foram feitas aquisições de Solução de Segurança, Auditoria e Prevenção de Ameaças à base de dados não estruturados – Senha Segura (TST) e de Solução de Gerenciamento de Vulnerabilidades, baseada em riscos, dos ativos de Tecnologia da Informação - Tenable (TRT8), proporcionando assim duas camadas de proteção; por fim, gostaria de pedir a todos a participação em nossa *Pesquisa de Satisfação de Usuários de Serviços de TIC*, disponível no período de 14/11/2022 a 15/12/2022, sendo que a do ano passado teve 84% de satisfação de usuários internos e 100% de usuários externos; além de servir como um norte, a referida pesquisa se constitui no próprio *Relatório de Acompanhamento de Objetivos Estratégicos e de Indicadores Estratégicos do ENTIC-JUD*,



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

do Igovtic-Jud; obtivemos 0,58 ano passado e este ano, 0,72 e nosso desejo é chegarmos em 0,80 no ano que vem. **2 - Coordenadoria de Comunicação Social (COCOM):** a Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social **Ana Carolina Campos da Silva Santos** manifestou-se da seguinte forma acerca dos projetos da COCOM: **Planejamento de Mídias Sociais**, que consiste basicamente em renovar o conceito de mídia social no tribunal; quando assumi como gestora, nós tínhamos 2.142 seguidores, um quantitativo muito fraco considerando o grande público do TRT11 e que atinge 02 estados (Amazonas e Roraima), não havendo um tratamento da linguagem de modo a torná-la mais simples e atrativa à sociedade; nossos maiores objetivos com este projeto são: - Maior interação com a população, utilizando linguagem mais simples e criando vínculo com o usuário; - Combater às fake news; e - Desenvolver a transparência das atividades e serviços do Regional; nossas ações: - Produção de conteúdos diferentes para feed e stories do Instagram, porque virou nossa principal plataforma de comunicação, possuindo até hoje uma crescente muito maior que o facebook, mesmo a notícia sendo compartilhada em tempo real; dentro da inovação na área de comunicação, o Tribunal Superior do Trabalho lançou em maio um podcast; o TRT11 e o TRT de São Paulo e o TRT de Porto Velho entraram em contato com o TST para saber se havia a possibilidade de replicação da plataforma de podcast, se era preciso uma autorização para tanto; o TST respondeu que seu interesse era justamente que outros Regionais se inspirassem em tal iniciativa; nós conseguimos implantar antes do **Onzecast**, o **Saúdecast**, em parceria com a Coordenadoria de Saúde, sendo um sucesso até hoje, sendo enviado basicamente pelo whatsapp, sendo implementado depois no YouTube; a nossa intenção é, até o final da gestão, aderimos a uma plataforma sonora de spotify para implementarmos nossas plataformas de áudio; quanto ao **Onzecast**, os números de alcance do COMBATE À LGBTFOBIA NO AMBIENTE DE TRABALHO mencionados na tela que está sendo apresentada referem-se ao momento de preparação do material de apresentação, sendo maior o acesso na data de hoje; a nossa plataforma de Onzecast, fora do TST, é a única que conta com a participação de outros Regionais, contando com pautas com respostas de Desembargadores de outros Tribunais; quando convidamos outros Regionais, nosso acesso melhora com a replicação feita por eles; tudo o que fizemos foi feito de forma orgânica, não investimos em nenhum momento em tráfego pago, porque traz seguidores que não são reais, e nós queremos que a adesão ocorra por conta própria; quando lançamos o Onzecast, em menos de 1 hora, conseguimos atingir 2.251 contatos; se recebêssemos voucher de compras para fins de monetizar, todo o tráfego orgânico seria desconsiderado; não demos seguimento ao **MinutoOnze**, e fomos questionados por isso, no entanto, não temos máquinas de edição; gravamos em 03 dias, mas para que ele nascesse demorou 3 semanas, sendo então sacrificado porque precisávamos dar continuidade às demais iniciativas; os **STORIES** cresceram significativamente, hoje em dia, tudo que fizemos vai em tempo real, sendo anunciando antes, durante e após, alcançando em uma hora um público bem abrangente; os **REELS** são vídeos curtos com resumo de eventos e serviços afins de registros no Instagram; o nosso maior insight foi no **Parabéns Manaus**, depois, o **Feliz Dia do Servidor**, a **Festa do Servidor** e o **Dia Rosa**, em que passamos a dar voz, rosto e movimento para nossas ações, porque antes colocávamos coisas paradas; **TIKTOK**: vídeos descontraídos de caráter informativo e dinâmico, abordando temas como a Maratona da Conciliação, acessibilidade - cão guia e cão suporte de emocional, assédio etc; **TRT11 NA MÍDIA**: divulgação do giro de notícias "TRT11 Na Mídia" - repercutindo as principais notícias que envolvem o Regional no whatsapp; gostaria de ressaltar que assumi responsabilidades na COCOM envolvendo a realização de eventos, os quais proporcionaram



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

know-how ao tribunal, recebendo ligações de outros órgãos perguntando sobre os eventos ou até mesmo convidando autoridades do TRT11; a nossa *Roda de Conversa de Assédio* esteve em 08 canais, esteve no G1, com uma repercussão incrível, tanto interna quanto externa; depois, tivemos o evento do *Pequeno Nazareno*, em que contamos com a participação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lélío Bentes, da ministra do TST, Delaíde Miranda Arantes, e da desembargadora do TRT8 Maria Zuíla Lima Dutra, que gravaram mensagens em vídeos, sendo os jovens recebidos no Plenário pela Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11 e pela Excelentíssima Desembargadora Joicilene Jerônimo Portela, ocasião em que explicaram como transcorre uma sessão do Tribunal Pleno; tivemos também o evento do *Dia Rosa* em que fizemos doações para o Lar das Marias e o evento do *Dia do Servidor*; quanto ao projeto da *Nova Intranet*, o estudo e pesquisa para a elaboração de nova interface já foram realizados, estando agora no desenvolvimento e implantação da ferramenta pela SETIC, estando sua execução em 80%; por fim, gostaria de entregar aos gestores que se encontram aqui presentes a cordinha de identificação do Tribunal com layout renovado, acompanhado com o slogan *Eu faço a diferença na Justiça do Trabalho*, escrito em um bottom, sendo esse o conceito que a COCOM quis trazer, ressaltando-se que somos o terceiro Regional a ativar e ter bottom. **3 – Diretoria-Geral (DG):** o servidor **Ildefonso Rocha de Souza**, Diretor-Geral, fez os seguintes comentários sobre o projeto da sua unidade: o aprimoramento da gestão de nossos contratos era uma preocupação que foi levada ao Plano de Gestão da Presidência (PGP), ficando sob a responsabilidade da Diretoria-Geral a *Implantação da Gestão Aprimorada de Contratos e Aquisições*; uma das coisas importantes que aconteceu, na gestão do biênio 2020-2022 e com a aprovação do Pleno do TRT11, foi o nosso Organograma e o nosso Regulamento Geral, que contribuíram para a estruturação da governança neste Regional; antes da governança, contávamos com a participação do controle interno que fazia a avaliação dos nossos contratos, fornecendo-nos uma diretriz; mas com a deliberação do Tribunal de Contas da União de que o controle não poderia mais trabalhar com cogestão, nós precisávamos aprimorar o acompanhamento dos nossos contratos, que engloba saber em tempo hábil que o contrato está vencendo, a característica do contrato, inclusive há um sistema que fica sob a responsabilidade da Secretaria de Administração, que foi desenvolvido no TRT da 4ª Região, chamado SILC, que acusa quando o contrato está próximo de vencer, mais ou menos 06 meses antes, para que, se não houver a renovação, possa ser realizada a nova contratação; a reestruturação contribuiu para alinhar as atribuições da DG, com duas assessorias paralelas, que é a Assessoria de Contratações e Obras e a Assessoria de Gestão de Pessoas, que passam a fazer o papel do controle interno; para a próxima gestão, iremos propor como projeto a regulamentação interna da Res. CNJ n.347/2020, que trata da Governança das Contratações, definindo-se controles internos e adaptações à realidade regional; a política de governança está 100% implementada, o que proporcionará melhores contratações para o Tribunal; já foi colocada a questão da necessidade de capacitação dos servidores que atuam na área de contratos, pois os órgãos como o TCU e o CNJ estão sempre aprovando normativos, para que o trabalho realizado seja de excelência, pois temos contratos, parcerias e convênios que serão melhor analisados e direcionados, proporcionando maior segurança nas contratações; finalizo minha fala agradecendo a Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11 e ao Tribunal Pleno pela aprovação de um Organograma muito bem estruturado e construído. **4 - Secretaria-Geral Judiciária (SGJ):** a servidora **Gabriela Maria Aragão Nery**, Secretária-Geral Judiciária, teceu os seguintes comentários sobre os projetos sob a



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

responsabilidade da unidade: a SGJ incluiu nesta atual gestão apenas 4 (quatro) projetos no Plano de Gestão da Presidência, justamente para que os mesmos fossem iniciados e terminados no biênio 2020-2022; assim, nosso objetivo é atualizar o que fora informado na última RAE; então, foram iniciados e concluídos 4 projetos, contando sempre com o apoio total da Presidência do TRT11 e com a parceria da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC; os projetos são: **Cidadão em Foco, Radar, Rastrear e Lupa**; quanto ao **Rastrear**, foi finalizada a implantação do Sistema e-Carta, com toda a documentação, integrando-o ao Sistema PJe; passamos pela capacitação dos usuários, com apoio da Escola Judicial e pela fase de monitoramento dos erros; recentemente, duas atualizações foram feitas e com a ajuda da TI foi criada uma ferramenta para consultas de dados relevantes (modelo válido, conferência de prazo – pois há atrasos nos serviços prestados pelos Correios – remessas não enviadas/ retorno do AR – foi tirada da SETIC essa atribuição, pois o próprio servidor é avisado no sistema e pode tentar resolver o problema, acionando a TI apenas em último caso, sendo, pois, uma forma de desafogá-la – outra situação recentemente implantada é a automatização do envio dos e-mails às unidades judiciárias com o comprovante da postagem e do envio do código do rastreamento, não sendo mais necessário ocupar o servidor com tais tarefas; quanto às situações futuras, vamos continuar monitorando, aperfeiçoando e prestando apoio às unidades que tenham dúvidas quanto à utilização do e-Carta; quanto ao **Cidadão em Foco**, referido projeto também está 100% concluído, consistiu no aperfeiçoamento da Carta de Serviços ao usuário, pois qualquer cidadão que queira saber sobre os serviços prestados pelo Tribunal pode acessar tais informações no nosso portal, contando, é claro, com a participação de todas as unidades; acredito que o foco daqui para frente nesse aspecto seja viabilizar e fomentar para que a referida Carta seja constantemente atualizada; assim por exemplo se a forma de inscrição de sustentação oral for alterada, a atualização deve ser feita, não se podendo deixar esse documento parado no tempo e no espaço; recentemente, inserimos as alterações do novo organograma, com os novos nomes das unidades; quanto ao **Radar**, ressalto que *Julgar Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) ou Incidente de Assunção de Competência (IAC)* é um item de pontuação do prêmio CNJ, conforme já salientado pela Diretora da SEGEST na última RAE e que temos uma comissão formada por 04 desembargadores que é de Uniformização de Jurisprudência; sobre as últimas atualizações desse projeto, temos: - ofício enviado pela Desembargadora Solange Maria Santiago Morais, presidente da Comissão de Uniformização de Jurisprudência, à Escola Judicial para promover curso com a temática de precedentes, com o intuito de disseminar e fomentar essa boa prática de uniformização de jurisprudência; - também foi expedido ofício aos Desembargadores para divulgação de possíveis temas para suscitação de incidente; - elaboração de um fluxograma de tramitação de IRDR e IAC, que está aguardando aprovação pela Comissão de Uniformização de Jurisprudência; quanto ao **Lupa**, o projeto também está 100% concluído; tem a ver com o gerenciamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor; 100% das recomendações do Corregedor-Geral sobre a temática foram atendidas, atendendo tanto a Resolução n. 303 CNJ quanto a n. 314 do CSJT, alcançando-se a maior transparência possível, prioridade essa estabelecida na atual gestão, assim tudo o que era possível de ser transparente está no novo portal dos Precatórios <https://portal.trt11.jus.br/index.php/inicio-precatorios>, considerando que é preciso preservar a intimidade do beneficiário, não sendo possível colocar o número do processo e sim do precatório, havendo algumas reclamações de advogados, inclusive está sendo feita a minuta de perguntas e respostas no sentido de reforçar o porquê de certas informações não serem





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

disponibilizadas no portal; há também solicitação de informações por telefone, sendo impossível repassar informações dos precatórios pelo referido canal, em face da impossibilidade de confirmar se quem está falando é de fato o advogado habilitado; concluindo minha apresentação, houve melhorias no portal, pois, em relação ao layout e menus mais dinâmicos, a quantidade de informações está mais amigável também, fruto de uma parceria com a COCOM. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** parabenizou a servidora Gabriela Maria Aragão Nery por ter executado em sua integralidade todos os projetos da SGJ, cumprindo tudo o que se dispôs a fazer na atual gestão e quanto às reclamações dos advogados, fato que chegou ao conhecimento da presidência mediante a fala da Secretária-Geral Judiciária, considerando que os precatórios passaram para a presidência, ressaltou que seria providenciada uma orientação sobre o porquê de o TRT11 não divulgar alguns dados no portal, ressaltando-se que a transparência do Regional sempre foi total. Ao que a servidora **Gabriela Maria Aragão Nery** sugeriu a Dra. Ormy Bentes que a própria SGJ fizesse a minuta da referida orientação que seria submetida à apreciação da presidência, fazendo-se uma inserção na página dos Precatórios, posto que se tratava do ponto de maior divergência. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** concordou com a sugestão dada pela Secretária-Geral Judiciária. **5 - Corregedoria Regional (CORREGI):** a servidora **Nereida Martins Lacerda**, Diretora da Secretaria da Corregedoria Regional, teceu os seguintes comentários sobre os projetos da unidade: gostaria, inicialmente, de pontuar que os projetos da Corregedoria têm duração que extrapola o término da atual gestão, dando-se continuidade praticamente a todos eles; quanto ao **Justiça Itinerante**, estamos realizando agora as últimas itinerâncias, que serão concluídas até o fim de novembro; dentre as iniciativas adotadas no âmbito deste projeto até outubro de 2022, apresento as seguintes informações; foram realizadas 1394 audiências; 1205 reclamações; 712 sentenças (montante de R\$ 2.334.265,51) e 233 acordos (que totalizaram R\$ 1.162.543,46); sendo atendidos 60 Municípios; em agosto de 2022, encaminhamos à Presidência proposta de Resolução Administrativa que versava sobre os Serviços da Justiça Itinerante no âmbito do TRT 11, sendo aprovada em setembro de 2022 a Resolução Administrativa n. 259/2022, uniformizando assim os modelos diversos (de planilhas, das formas de apresentação das informações enviadas pelas unidades etc); também foi elaborado pela Corregedoria um manual com orientações gerais para auxiliar as unidades judiciárias, com relação ao roteiro para os trabalhos das atividades da itinerância, a como publicar no DEJT e no Portal do TRT, a como acessar o SIGEO, aos links de modelos e ao Mapa de Jurisdição das Varas Itinerantes; **Correição Integrada:** a Corregedoria, desde o Plano de Gestão da Excelentíssima Desembargadora MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA, definiu como uma de suas prioridades implantar ações para auxiliar as Varas do Trabalho, principalmente, aquelas com baixo desempenho, e também sensibilizar magistrados e servidores para a relevância de todas as ações que a Corregedoria apresentava para as unidades para melhorar as metas, os indicadores do IGEST (Índice Nacional de Gestão de Desempenho) e do ICORREG (Índice de Congestionamento, criado pela Corregedoria para auxiliar as unidades quanto à taxa de congestionamento); quanto às **Correições Ordinárias de 2022**, foram realizadas, até o momento, 41 correições, estando prevista a última correição na 7ª Vara do Trabalho para a próxima sexta-feira; temos também o momento **Pós-Correição**, que é o método da Corregedoria para manter contínuo o auxílio e a fiscalização das unidades correicionadas, cujo foco consiste em acompanhar os trabalhos pós-correição e averiguar o grau de cumprimento das determinações estabelecidas em ata de correição; temos também o **Projeto**



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

**Garimpo**, tendo como resultado, segundo dados extraídos do sistema “Depósito Judicial” e de planilha própria da Corregedoria, a Movimentação de R\$ 35.778.990,60, no período de 15/12/2020 até 01/11/2022. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** fez alguns comentários sobre a relevância do Projeto Garimpo, parabenizando a gestão da Corregedora Desembargadora Márcia Nunes da Silva Bessa pelos resultados alcançados por referida iniciativa, que contemplava os trabalhadores acima de tudo. Retomando a sua apresentação, a **Diretora da Secretaria da Corregedoria Regional** falou o seguinte: **Projetos e Práticas de Cunho Social – Ações Afirmativas**: a Corregedoria, em parceria com a EJUD, realizou o Seminário sobre o tema “Acesso à Justiça na Amazônia: a exploração do trabalho e dos povos indígenas”, em São Gabriel da Cachoeira, cujo objetivo foi discutir as particularidades e os desafios enfrentados pela Justiça do Trabalho na entrega da jurisdição trabalhista; temos também o **SISCONDJ - Sistema de Controle de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil**: foi um trabalho conjunto da Corregedoria com a SETIC; fizemos a implantação efetiva do sistema em todas as Varas do Trabalho, permitindo o intercâmbio eletrônico de dados entre os sistemas do Banco do Brasil e o Tribunal, via webservice; no momento, apenas 06 (seis) unidades judiciárias ainda não utilizam o sistema, sendo 03 (três) do interior; **Programa Amplo de Produtividade (PAP)**: a partir do momento em que as unidades preenchem formulários eletrônicos, a Corregedoria faz a apuração dos indicadores extraídos do sistema Hórus, PJe e PJeCor; temos a premiação Selo 11 e, durante as correções, a Corregedoria identifica as boas práticas dentro da unidade; aproveitamos a oportunidade para convidar a todos os presentes para a cerimônia de premiação do **Concurso de Boas Práticas e entrega do Selo 11 Mérito Corregedoria**, que ocorrerá no dia 02/12/2022, lembrando que a votação para a escolha das três propostas vencedoras está disponível no período de 10 a 24 de novembro. **6 - Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES)**: a servidora **Maria do Socorro Chaves de Sá Ribeiro**, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGPES, fez os seguintes comentários sobre os projetos da unidade: na gestão da Dra. Ormy Bentes, executamos 05 projetos, considerados mais relevantes para a gestão, tendo sido implementadas também outras iniciativas; o primeiro foi o **Vínculo Remoto**, projeto de resgate de servidores que estavam acompanhando cônjuge ou em outra situação de licença para que retornassem ao tribunal, em regime de teletrabalho, estando em pleno vapor, funcionando bem; a **Revisão da Estrutura da Seção de Saúde**, projeto muito bem quisto na atual gestão, envolveu a reestruturação física, organizacional e de pessoal da Seção de Saúde, estando previstos mais 02 (dois) cargos de médico, um cardiologista e um de ginecomastologista, considerando que foi detectado no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCSMO) que há muita gente com problemas cardíacos e que o tribunal tem uma força de trabalho feminina muito forte, sendo igualmente importante o mastologista para o público masculino; tais cargos estão criados, devidamente autorizados pelo Tribunal Pleno e previstos para entrar no próximo concurso, que deve ser realizado no ano que vem, estando o projeto já pronto; quanto à parte organizacional, a Seção de Saúde tornou-se Coordenadoria de Saúde, deixou de ser da estrutura da SGPES, passando a ser da estrutura da Diretoria-Geral, contando com a Dra. Carolina Pinheiro como gestora, com uma equipe reformulada, com uma estrutura bem melhor, agora com funções comissionadas para o assistente que coordena o ambulatório 1 e o ambulatório 2 (do Fórum Trabalhista de Manaus), para o presidente da Junta Oficial de Saúde; e completando todo o projeto, a reestruturação física, as novas instalações da CODSAU serão inauguradas no próximo dia 25, compareçam porque isso é em prol do servidor; **Monitorar Gap's Identificados na Gestão por**



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

**Competências:** fizemos 01 (uma) nova avaliação este ano e encaminhamos para a Escola Judicial (EJUD11) toda a trilha de aprendizagem para melhorar a vida dos servidores e adequar esses servidores aos postos de trabalho; todos esses projetos foram concluídos há algum tempo, ficando como um legado para o tribunal e para o servidor; nós temos mais 02 projetos e é acerca deles que vou atualizar a partir da última RAE: **Aperfeiçoamento da Avaliação de Desempenho:** já concluímos também, mas na última RAE, ele não estava concluído, faltava a aprovação pelo Tribunal Pleno da nova resolução, que traz mudanças significativas e interessantes na medida em que cria elementos objetivos para avaliação do servidor, questão que gerava muitas reclamações junto à SGPES; antes, tomando-se o *critério participação*, se uma pessoa participa de uma série de comitês e outra não participa de nada, o gestor poderia dar a mesma pontuação para ambas; agora quem vai ganhar 4 em *participação* é o servidor que participa dos eventos promovidos pela EJUD11 ao longo do ano, que participa de comissão, que participa de comitê, de grupo de trabalho, este é o nosso servidor nível 4, pontuação ótima; então, a ideia é trazer alguns pontos de análise com elementos objetivos para que o gestor, ao avaliar, consiga dizer você é 4, porque se esforça além do bom, do normal e para outros que ganharem a pontuação 3, ao final, segundo nossos testes, terão atingindo uma pontuação boa como 190, 195 pontos, ficando os 200 pontos para o servidor que vai além da expectativa. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** disse que sempre procurou democratizar, incentivando a participação de todos na gestão, cooperando com todos aqueles que levavam suas ideias até a presidência, e, mediante essa forma de agir, teve a oportunidade de descobrir muita gente talentosa, dando todo o apoio, o suporte necessário para que os projetos funcionassem bem, sugerindo algumas alterações, de modo a fomentar a criatividade das pessoas, permitindo assim que competências fossem evidenciadas e reconhecidas. A **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** chamou atenção para a necessidade da escolha dos membros de equipes, dos integrantes de comissão ser democrática, seguindo-se, por exemplo, o critério de antiguidade, de modo que a participação não ficasse reduzida a 4 ou 5 servidores. A **Diretora da SGPES** esclareceu que os eventos que pontuam não são apenas os que dependem da vontade do gestor, pois quem escolhe os membros de uma comissão é o presidente, mesmo que o servidor tenha o desejo de participar da referida comissão; não seria justo se a pontuação ficasse restrita apenas a essa participação; os eventos obrigatórios como os cursos disponibilizados pela EJUD11 contam como participação também; assim, contam também os eventos em que basta o desejo de participar do servidor; temos rodas de conversas, debates, consultas públicas, pesquisas de participação como a promovida pela SEGEST e pela SETIC. Sobre o último projeto da unidade, a Diretora da SGPES falou o seguinte: o **TRTremoto**, de todos os projetos, o que mais gostava era esse, sendo triste para mim não o ter concluído; ele é um sistema criado para controle do teletrabalho vinculado ao SIGEPE e nenhum outro Regional possui tal ferramenta, seria, pois, uma prática para compartilhar com outros Regionais; o projeto tem um potencial nacional, sendo um sistema nacional de gestão de teletrabalho, pois está sendo tratado integrado ao SIGEPE; nós fizemos toda a nossa parte, mas era um sistema que dependia da TI, que fez muita coisa, com funcionalidades já testadas, mas não foi concluído; se eu puder sugerir alguma coisa, sugiro que esse projeto seja continuado, pois seu potencial é grande, podendo melhorar não só a vida de nossos servidores, magistrados e gestores, mas também por permitir ao TRT11 que compartilhe tal sistema, já que o seu grande diferencial é o fato de ser integrado ao SIGEPE, faltando pouco para ser concluído; quanto aos projetos, encerro a minha fala sobre esse assunto dizendo que



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

dos nossos 05 projetos, 04 foram concluídos e 01 chegou muito perto de ser concluído. A **Diretora da SGPES** afirmou então que gostaria de aproveitar o momento para fazer um agradecimento pela colaboração, pela paciência de todos durante os oito anos em que esteve à frente da unidade, já que não seria mais a gestora na nova gestão; agradeceu, em especial, à Dra. Ormy Bentes, fazendo os seguintes comentários: talvez seja a presidente que mais apoiou a Secretaria de Gestão de Pessoas, permitindo que fosse construída uma SGPES que acredito que está muito próxima daquilo que o tribunal precisa; é uma secretaria estruturada hoje sob a ótica da força de trabalho, com servidores adaptados a novas tecnologias, quase toda renovada, com uma estrutura organizacional boa, com fluxos de trabalhos, todas as rotinas estão fluxogramadas, todos os processos de trabalho estão mapeados e distribuídos no site; possui um sistema de pessoal que é o SIGEPE, que está maduro, em funcionamento, plenamente implantando e funcionando bem; então, acredito que a SGPES tem uma base boa para o seu pleno funcionamento e crescer daqui para frente; considero a SGPES uma unidade de todos nós, pois quando ela funciona bem, quando tem bons servidores, quando tem uma boa estrutura organizacional, uma boa estrutura de trabalho, quando tem um bom sistema de gestão de pessoas, isso impacta positivamente a vida dos servidores; quando investimos na Secretaria de Gestão de Pessoas, estamos trabalhando em prol do servidor, talvez a única unidade que se assemelhe a SGPES nesse particular seja a Coordenadoria de Saúde, quando tratada com generosidade, estamos sendo generosos com nós mesmos, com a nossa vida funcional; então, neste momento em que me despeço como gestora, o que gostaria de pedir é que cuidem bem da SGPES assim como eu cuidei ao longo desses 08 (oito) anos. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** salientou que o trabalho feito pela servidora Socorro Chaves à frente da SGPES era um trabalho maravilhoso, que ficaria para sempre registrado no tribunal, a exemplo dos pagamentos de passivos, pagamentos de 20 anos que foram efetuados durante a atual gestão e que contou com o empenho da equipe da Secretaria de Gestão de Pessoas, parabenizando a referida servidora e desejando-lhe sucesso em sua nova trajetória. Ao que o Diretor da Secretaria de Administração, servidor **Ricardo Marques de Lima** fez uso da palavra, dirigindo-se à Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas para parabenizá-la, em nome dos demais gestores presentes, pela competência sempre demonstrada nas unidades em que esta trabalhou e, em especial, pelo desempenho de excelência como gestora da SGPES. **7 - Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF):** a Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, servidora **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino**, teceu os seguintes comentários sobre os projetos de sua unidade: o **Orçamento Descomplicado** é um projeto continuado, vem desde 2017; temos a parte do **Planejamento Orçamentário**, que nada mais é que a proposta orçamentária que envolve todos os gestores e a SOF; e o **Sistema de Controle de Execução de Contratos**, de orçamento; neste segundo semestre, em junho de 2022, foram solicitados recursos ao CSJT, que disponibilizou o montante de R\$ 18.973.892,08, mediante o Plano de Distribuição de Recursos para Ações Prioritárias (PDRAP), que diz respeito à área de TI, à área de acessibilidade no site do tribunal e à área de obras, que é a parte de reformas e adaptações da Seção de Saúde e da Coordenadoria de Material e Logística que passará para o Fórum Trabalhista de Manaus; parte desse recurso foi alocada para aquisição de 17 veículos (01 blindado e 16 utilitários) que serão utilizados nos serviços do tribunal. A **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** esclareceu que a referida aquisição tratava de carros híbridos que gerariam mais economia para o tribunal em relação ao combustível, pois a frota anterior era antiga. A **Diretora da SOF** retomou então a sua apresentação: no dia 08 deste mês, tivemos o 3º





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Período de Créditos Adicionais, mas antes desse período, a SOF fez um levantamento de todas as sobras orçamentárias que alguns gestores possuíam em seus itens no SIGEO-JT, que consiste no valor de R\$ 69 mil que está sendo utilizado para atender demandas até então reprimidas; a Excelentíssima Desembargadora Márcia Nunes da Silva Bessa disponibilizou uma sobra de custeio, que foi alocada pela SOF em alguns itens do SIGEO-JT e, como, no PDRAP, vieram recursos destinados à TI, a Dra. Ormy Bentes autorizou que fossem concedidos 15 notebooks para atender a Corregedoria; o acompanhamento da SOF junto com os gestores é importante porque, às vezes, o gestor faz um planejamento, mas ocorre uma sobra, em especial, quando se tem uma despesa que é estimada a exemplo da de correios; então, quando a SOF percebe que há uma sobra em determinado item e há um setor necessitando desse recurso, realiza então uma ponte entre os setores, para que não se chegue ao final do ano com uma execução que não seja na sua totalidade; dentro do SIGEO, como já havia o módulo da Judiciária que é o AJJT, temos agora o *Módulo de Execução Financeira*, que está 100% funcionando, mas a partir de março, teremos a série R-4000 referente aos tributos federais; já foram cadastrados todos os fornecedores, os gestores acompanham as notas fiscais lançadas no sistema, o atesto, o pagamento, tudo dentro do sistema; este ano, foram treinados 03 (três) servidores no TRT 3ª Região (oriundos da SETIC, DG e SOF) e, após esse encontro, a SETIC fez a homologação do Sistema de Diárias, sendo feita uma reunião com servidores da DG, SOF, Coordenadoria de Pagamento e SETIC, estando na fase de implantação do referido módulo; o projeto *Orçamento Descomplicado* sempre busca aprimorar servidores da SOF e gestores, tendo sido realizado um curso recente de eSocial, EFD-REINF DCTFWWB para Órgãos Públicos, que teve a participação de 18 servidores; fizemos a contratação de Assessoria Contábil para a realização de serviços de levantamento e análise de informações fiscais e tributárias e envio de novas Escriturações Fiscais ao eSocial, EFD-REINF E DCTFWeb; mas, logo mais, não precisaremos mais dessa assessoria, pois essa parte será realizada no SIGEO, já constando do Módulo 4.0 do SIGEO-JT; nós tivemos também o 1º Encontro de Operadores Orçamentários da Justiça do Trabalho, que foi aberto a outros Regionais conforme sugestão da Dra. Ormy Bentes, sendo um evento de sucesso e que deve ter continuidade, porque assim como há encontros da área de TI, faz-se necessário o encontro da área orçamentária para troca de ideias, inclusive sobre o Módulo de Diárias, a Flávia do TRT18 enviou todos os manuais para nos ajudar na sua implantação, pois o TRT18 faz parte da gestão nacional do SIGEO-JT; a Diretora da SEGEST, em sua fala, afirmou que a parte dos processos julgados era muito importante para o orçamento; geralmente, há um percentual de aumento de orçamento de um ano para o outro; há a meta física e financeira e a parte orçamentária; assim, não adianta pedir um aumento de 5%, 7% de um ano para outro, se o número de processos julgados baixou; por isso, estou sempre em contato com a Gestão Estratégica, mais especificamente, com a área de estatística do tribunal; assim, o nosso orçamento depende dos processos julgados (apreciação de causas); em janeiro, eu faço a meta física e em julho, eu ajusto a meta, conversando com o estatístico do tribunal e com os gestores também sobre a parte de benefícios, a parte de capacitação, porque no segundo semestre, não é possível ajustá-la e se não for cumprida, tenho que apresentar justificativas, o que me leva a perguntar aos gestores o porquê da diminuição do resultado da meta; além disso, temos também o orçamento impositivo, sendo muito importante que as áreas atendem para as metas físicas e executem a totalidade de seu orçamento. **8 - Coordenadoria de Manutenção e Projetos (COMANP):** o Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos, o servidor **José Ricardo Ribeiro dos Santos**, teceu os seguintes comentários acerca dos



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

projetos sob a responsabilidade da COMANP: **Construção do Fórum Trabalhista de Manaus:** no que tange à etapa 1 - **Execução de alvenarias das Fachadas FTM:** projeto de R\$ 2.220.937,09, que foi concluído agora, sendo o recebimento provisório em 19/10/2022, estando em andamento o recebimento definitivo; foi uma obra que, a princípio, duraria 200 dias, mas foi finalizada com 260 dias, prazo original mais aditivo mais prorrogação de 30 dias mais 30 dias de recomposição de prazo, totalizando 290 dias; após o recebimento definitivo, os 5% dos valores de medição retidos serão pagos. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** questionou o porquê dessa retenção. Ao que o **Diretor da COMANP** explicou o seguinte: o que foi contratado foi executado; mas há algumas alvenarias que não foram contratadas, porque o térreo e o 1º pavimento têm algumas alterações na Revisão de Projetos que está em andamento; nós sabíamos que a ligação do térreo com o prédio administrativo demandaria algumas intervenções; o contratado com a Syria Engenharia foi do 2º até o 11º pavimento; esse projeto é de junho de 2021 e a COMANP fez somente depois a contratação da Revisão dos Projetos. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** ressaltou que a COMANP não havia avisado tempestivamente a Presidência da não conclusão da alvenaria no prazo anteriormente informado, tomando conhecimento da situação por iniciativa própria, alertando à COMANP que a unidade seria demandada para explicações adicionais sobre a questão. Ao que o **Diretor da COMANP** retornou à fala sobre os projetos da unidade: ainda sobre o projeto **Construção do FTM**, temos dois contratos em andamento: **Revisão e Modelagem em BIM dos Projetos FTM e Engenharia Consultiva - Revisão e Modelagem em BIM dos Projetos FTM:** o primeiro contrato, firmado com a R Peotta Engenharia, iniciou este ano e custa R\$ 880.000,00, com prazo de 240 dias, tendo sido concluídas a 1ª e a 2ª etapas (35% do projeto), estando este projeto em atraso; em relação ao segundo contrato, o cronograma estava prevendo que o projeto seria concluído em 30/12/2022, no entanto, ele será estendido até 1º/02/2023. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** questionou a Diretora da SOF sobre esses atrasos e a disponibilidade de recursos para as referidas despesas. A **Diretora da SOF** esclareceu que o orçamento estava bloqueado, sendo necessário solicitar o desbloqueio; conforme documento recebido, o CSJT consignou que apenas se poderia pedir orçamento para projetos em andamento, o que se aplica ao Projeto da Revisão e Modelagem em BIM e da Alvenaria. Ao que o **Diretor da COMANP** retomando a palavra, acrescentou: nós fizemos uma licitação nacional, chamamos as melhores empresas do país em Revisão BIM de Projetos, mas estamos tendo problemas justamente com o prazo; o que estava previsto para 30/12/2022 foi estendido para 1º/02/2023; como temos outro contrato que é R\$ 440.000,00, que é a consultoria necessária para recebimento dos projetos, este contrato também terá que ser estendido até essa data; nós não temos recursos para 2023, mas temos projetos, sendo possível que, por falta de garantia de recursos, em 30/12/2022, talvez tenhamos que suspender os referidos projetos. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** disse ao Diretor da COMANP para dar continuidade à apresentação, considerando que as questões acima apontadas seriam, oportunamente, objeto de apuração pela presidência. Ao que o **Diretor da COMANP** apresentou os seguintes comentários: de 30/11 a 02/12/2022 e de 18 a 20/12/2022, teremos 04 reuniões presenciais; a última reunião que tivemos contou com 15 engenheiros vindos de Goiânia e do Rio de Janeiro, para fins de recebimento da 1ª e da 2ª etapa; nós também participamos de reunião recente com o CSJT em que ficou evidenciada a dificuldade dos Regionais quanto à questão de implementação da modelagem de projetos BIM, uma tecnologia nova, que poucas empresas têm esse know how



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

no mercado. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** pontuou que havia uma pessoa com conhecimentos em projetos BIM na Secretaria de Administração, que era o Renato Pires, que estava cedido para o Regional e que, por motivos outros, não estava mais no TRT11, observando que a COMANP poderia ter aproveitado a expertise do referido servidor. Ao que o **Diretor da COMANP** continuou sua apresentação, tratando do projeto **Energia Fotovoltaica**: fizemos a contratação junto com o TRT da 8ª Região, com o pessoal de Belém, finalizando esse processo bem tarde, o que se refletiu em um cronograma bem apertado; porém, nós contratamos 98 KWp e nós, praticamente, vamos cobrir todo nosso telhado com placas solares, com previsão de conclusão até 20/12/2022; o projeto já está na concessionária, as placas já foram pedidas, já houve a visita técnica, o projeto está pronto; nós estamos aguardando a entrega das placas. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** observou a necessidade de concluir o projeto dentro da sua gestão, ressaltando a relevância dessa iniciativa estratégica em termos de economia para o tribunal, sendo importante ver logo a questão do protocolo junto à Amazonas Energia para conferir maior celeridade ao processo. Ao que o **Diretor da COMANP** disse que o grande problema havia sido a contratação, a assinatura do contrato ocorreu somente em 26/09; então, iniciamos o processo a partir da assinatura, o que resultou em um cronograma apertado. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** que, no interesse da boa administração pública, salientou que há três projetos que estão sendo feitos que proporcionarão economia ao tribunal, a exemplo das adequações do prédio do FTM para recebimento da Coordenação de Material e Logística, uma economia superior a 1 milhão de reais/ano, que poderá ser usada pela gestão do biênio 2022-2024 em outras áreas no ano que vem, sem falar na economia a ser gerada pelo uso da energia fotovoltaica, sendo importante avançar neste projeto. Retomando a apresentação, o **Diretor da COMANP** apresentou os seguintes comentários sobre o projeto **Manutenção Predial sob demanda nas edificações do TRT11**: entregamos as novas instalações da Coordenadoria de Saúde e do Centro de Readaptação Física e Mental em 11/11/2022 e estão sendo providenciadas as instalações da Coordenadoria de Material e Logística. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** determinou que fossem tomadas medidas para conferir maior celeridade à conclusão dessa obra, para que o tribunal deixasse de realizar a despesa com o aluguel do imóvel da rua Belém. Retomando a palavra, o **Diretor da COMANP** afirmou que estava fazendo o que podia, mas havia algumas coisas que fugiam do controle a exemplo de dificuldades com licitação, licitação fracassada, licitação cancelada; a respeito da *10WS – Construção do Fórum Trabalhista de Manaus*, disse que entraram em contato com as melhores empresas de elaboração de projetos BIM no Brasil, cerca de 20 empresas; quanto à expertise do Renato Pires, ele afirmou que só seria fornecida alguma ajuda na questão da fiscalização, porque a revisão dos projetos na plataforma BIM era um projeto multidisciplinar, sendo necessário um engenheiro de automação, um engenheiro mecânico, um engenheiro de climatização, um engenheiro de elevadores, não só apenas de arquiteto. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** lembrou que sempre incentivou o contato dos gestores com a presidência, estimulando continuamente que estes levassem suas ideias até a presidência para que soluções pudessem ser discutidas em torno de determinado problema, porque havia sempre uma saída e o tempo era inimigo, sendo preciso concluir o que fora proposto na sua gestão. Ao que o **Diretor da COMANP** afirmou que o engenheiro da empresa contratada havia dito que a obra seria concluída em 120 dias, porém a conclusão ocorreu em 290 dias, adotando a COMANP as medidas necessárias, com aplicação de multas,



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

querendo com o episódio narrado acima evidenciar que atrasos em obras constituíam um problema recorrente, finalizando logo em seguida sua apresentação. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** relatou seu descontentamento em inaugurar a Coordenadoria de Saúde em data muito próxima ao final de sua gestão em face da relevância do espaço para os médicos e os pacientes. **9 – Coordenadoria de Saúde (CODSAU):** a Diretora da Coordenadora de Saúde, a psicóloga **Carolina Jean Pinheiro**, fez os seguintes comentários acerca dos projetos do setor: temos hoje apenas um projeto em finalização que é justamente o da mudança da Coordenadoria de Saúde que está sendo conduzido junto com a engenharia; vou resgatar rapidamente desde a última RAE, o que foi feito e implementado pela CODSAU: nós fizemos a **Atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde**: estava previsto para finalizar em agosto, finalizamos em agosto; hoje tanto os ambulatórios, a Sede judiciária quanto o FTM têm todo seu processo de resíduos fiscalizado, acompanhado e bem destinado; hoje, eles são incinerados em Boa Vista; quanto à **Adequação da Estrutura Física**, a previsão já está atualizada, começamos a mudança hoje e ela se estenderá até dia 18/11, sendo a previsão de inauguração dia 25/11/2022, ocasião em que convido a todos os participantes da reunião a participarem da cerimônia de inauguração; temos uma estrutura hoje que é muito confortável, que visa justamente que o magistrado e o servidor tenham um bom atendimento; tivemos investimentos em recursos humanos, na estrutura física e na avaliação seja pericial seja na avaliação assistencial; hoje temos uma nova forma de trabalhar, justamente visando trabalhar nas duas pontas e não perder prazo, nem atendimento e nem qualidade de atendimento; nós fizemos uma reconfiguração dos **Boletins de Saúde**, trabalhando em vários meios de comunicação junto com a COCOM, na produção do SaúdeCast (nos Podcasts), dos vídeos informativos e dos Boletins de Saúde; nós continuamos fazendo toda essa divulgação e na 4ª Semana de Saúde, de 07 a 11/11, nós trabalhamos os 03 (três) meios de comunicação, fazendo reuniões on-line para falar de algumas temáticas em saúde como estresse, ansiedade, saúde financeira; fizemos uma reunião presencial que aconteceu na sede judiciária para falar da saúde do homem e da mulher; lançamos podcasts diários a que chamamos **Rádio TRT11**, em cada dia, um com uma temática e nós também disponibilizamos atendimentos individuais; fazendo um rápido adendo sobre o que identificamos nessa Semana de Saúde, temos uma demanda bem elevada para 3 (três) itens: *nutrição*, que foi o nosso primeiro lugar nos atendimentos individuais; temos também uma demanda elevada para a *saúde financeira*, tema que atraiu mais participação on-line, desejando as pessoas saberem tanto o que deve ser feito com seu endividamento quanto como elas investem melhor; tal temática é intimamente relacionada à saúde, pois sabemos que várias demandas financeiras impactam como as pessoas cuidam da sua saúde, o que evidencia a relevância dos resgates feitos pelo TRT11 em 2021; a nossa terceira demanda foi *qualidade de vida*, com grande destaque para a massagem, momento relaxante e de bem-estar; então, conseguimos identificar essas pautas que são importantes; mas destacamos aqui outras questões como os *altos índices de hipertensão* no tribunal, de *diabetes*, doenças que são duradouras ao longo da vida, ocasião em que ressaltamos a importância do cuidado contínuo com a saúde; como exemplos de *Boletins de Saúde* recentemente divulgados, citamos o da *Monkeypox*, o do *Setembro Amarelo* e o da *Psoríase*, este último em parceria com a Sociedade Brasileira de Dermatologia e nossos Podcasts que foram lançados agora na Semana de Saúde: *Rádio TRT11 – Pausas Ativas* e *Rádio TRT11 – Alimentação Saudável*; nós fizemos também a ampliação dos exames periódicos de saúde, com a participação de pessoas que poderiam fazer os seus exames externamente, repassando-os ao nosso médico do trabalho; nós não





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

possuíamos histórico dos anos anteriores por conta da pandemia, mas este ano atingimos 40 pessoas nesta modalidade e nos incentivamos à participação na Semana de Saúde; só fazendo uma observação, neste ano, do mesmo modo que o ano passado, lançamos 02 (dois) programas diferentes: *Semana do Servidor* e a *Semana de Saúde*; nós tivemos uma ótima participação orgânica na Semana do Servidor, ganhando cada participante ao final de cada ação on-line proposta um troféu; na Semana de Saúde, a interação foi maior, havendo o triplo de participação em relação à Semana do Servidor, porque justamente são canais ampliados de comunicação com servidores e magistrados, razão pela qual continuaremos investindo nas modalidades on-line e presencial; por fim, temos os projetos já concluídos e em melhorias que é a ***Celeridade nas Perícias Médica e Reavaliação da Capacidade Laborativa***; quanto ao primeiro, hoje temos um prazo de 5 (cinco) dias entre o encaminhamento do atestado médico à CODSAU e o servidor passar por uma perícia; em relação aos impactos hoje desse indicador, temos tanto as questões covid porque não se consegue fazer a perícia em face muitas vezes de o servidor ainda estar assintomático e também aquelas pessoas que não estão em Manaus; nós conseguimos nos aproximar muito dos outros Regionais, e temos tido uma ótima parceria, não tivemos nenhuma negativa de Regional; temos algumas dificuldades em relação ao interior do Amazonas e ao SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor); no primeiro caso, é porque somos atendidos pelas Secretarias Municipais de Saúde, que já têm uma demanda elevada e até que se encaixe dentro da pauta no programa SUS, é algo um pouco mais demorado, sendo o prazo mais dilatado, embora algumas vezes, nos seja conferida certa prioridade; em alguns interiores nós não temos acordos de cooperação; o que podemos fazer na próxima gestão seria justamente um mapeamento para fomentar tais acordos, ressaltando-se que, a princípio, não houve nenhuma negativa; com a implementação do SIGS, temos conseguido perceber mais os nossos gaps e isso ajuda a observar qual problema específico tivemos; tem inclusive uma nova atualização do SIGS que vai nos ajudar bastante que consiste em todos os profissionais usarem certificado digital para assinar laudo inseridos, atendimentos que fazem, conferindo maior confiabilidade ao processo e, por conseguinte, relatórios mais concisos e diretos, que ajudarão cada vez mais nesse indicador; quanto ao projeto ***Reavaliação da Capacidade Laborativa***, este se diferencia da perícia, porque se volta aos afastamentos prolongados; em tese, parece a mesma coisa, mas quando um servidor ou magistrado vai para a Junta Oficial de Saúde, ele já está com esse afastamento prolongado e, portanto, isso vai requerer um olhar um pouco mais estratégico da CODSAU e o que temos feito é justamente manter um cuidado especial em relação à questão de tempo, quer dizer, ocorrendo uma avaliação, já agendamos a próxima avaliação do servidor/do magistrado, que deixa o consultório já com a nova data; temos também ativado tanto o serviço social quanto a psicologia e outras áreas. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** perguntou como se dava a atuação da CODSAU quando o servidor passava pelo período máximo de afastamento permitido, se a Junta Médica se reunia e decidia pelo encaminhamento do caso à presidência, para fins de apreciação de Avaliação da Capacidade Laborativa e Aposentação, questionando também como ficaria se, durante esse fluxo de apreciação do afastamento definitivo pelo Pleno, a pessoa voltasse a ter capacidade laborativa, tornando-se apta ao retorno à atividade antes da manifestação do órgão julgador. A **Diretora da CODSAU** respondeu da seguinte forma: as análises são individuais, porque dependem dos pedidos de afastamento, do percurso de saúde de cada pessoa, então, se, por exemplo, temos uma pessoa com depressão crônica, comumente ela terá, ao longo de sua vida, mais de 720 dias de afastamento, ou se a pessoa tiver TPB (Transtorno de Personalidade



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Bordeline), seu afastamento, conseqüentemente, será mais longo durante toda a sua vida funcional; quando fazemos essa recomendação de aposentação, é avaliada sim a capacidade laborativa, se a pessoa consegue com essas patologias trabalhar ou não; mas, há também uma questão normativa, pois, por lei, não podemos manter essa pessoa com mais de 720 dias de afastamento trabalhando. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** afirmou que a pessoa que se encontra na situação narrada anteriormente necessitaria então ter um respaldo médico recomendando o seu retorno à atividade. Ao que a **Diretora da CODSAU** corroborou a afirmação da Dra. Ormy Bentes e fez os seguintes comentários: saliento que existem as contestações de laudos, que são realizadas em conformidade com o ritual, com o regimento; assim, se é encaminhado um laudo do médico pessoal do avaliado afirmando que o paciente tem capacidade laborativa, a equipe da CODSAU ainda assim avaliará o caso e emitirá seu parecer; finalizando a minha fala, gostaria de agradecer à Dra. Ormy Bentes por todo apoio concedido à Coordenadoria de Saúde em sua gestão; também gostaria de agradecer, não só como gestora da CODSAU, mas enquanto servidora, à Socorro Chaves pela parceria da Secretaria de Gestão de Pessoas, que sempre validou nossas ideias desde quando ingressei no Regional em 2017, desejando sucesso na nova caminhada e que, de onde estiver, continue a irradiar em cada um de nós essa chama de querer ser um servidor melhor e contribuir estrategicamente para o nosso tribunal. **10 - Coordenadoria de Apoio à Execução e Cooperação Judiciária – CONAECJ:** o servidor **Elson Martins de Sena**, em substituição à Diretora da Coordenadoria de Apoio à Execução e Cooperação Judiciária - CONAECJ, *Cristina Marinho da Cruz Santos*, fez os seguintes comentários em relação ao projeto da unidade, o **Hasta Pronta**: só para contextualizar, esse projeto é vinculado à Divisão de Hasta Pública, que localiza os bens; eu sou da Divisão de Pesquisa Patrimonial, que faz a alienação e a Coordenadoria faz o pagamento; o que acontece é que a Hasta Pública também recebe alguns processos das varas e nós percebemos que, em alguns momentos, alguns bens já estavam penhorados há algum tempo, havendo um lapso muito grande para envio para a Hasta Pública; conseqüentemente, isso aumenta o prazo médio, não melhora o congestionamento e ocorre uma depreciação do bem, por isso, tivemos a seguinte ideia: por que não pegamos tudo o que estiver disponível no depósito, já está removido e tudo o que já está penhorado e informamos as varas sobre o que já está pronto para ser encaminhado para a Hasta Pública, obtendo com tal iniciativa uma melhoria no congestionamento, no prazo médio, e o mais importante, o reclamante, que é o objetivo final do processo, receberia seu passivo trabalhista; todos os bens que estão removidos no depósito e alguns que já estão penhorados, alguns bens imóveis também, a Hasta Pública faz a verificação como está o bem, como está a fase de processo, e envia ofício para os magistrados envolvidos, para que seja feito o envio do bem tão logo possível para a Hasta Pública a fim de ser logo alienado; conforme dito na RAE anterior, é uma medida simples, de média informação, mas que faz diferença; então o objetivo principal é, efetivamente, fazer a alienação do bem de forma mais célere; e o objetivo secundário é que, em alguns casos, outras varas têm processos da mesma empresa, da mesma reclamada, e eles não sabem que, porventura, outra vara diferente fez a penhora de determinado bem móvel ou imóvel; a presente iniciativa permite, pois, que todos saibam o que está pronto para vendido em Hasta Pública, havendo uma disseminação das informações; de modo sucinto, nós enviamos as informações para as varas e, com isso, diminui-se o tempo médio de alienação e também se promovem informações para que todas as varas saibam que determinada reclamada tem um bem penhorado, fazendo o abandonment se for o caso; no slide apresentado neste momento, temos a capacidade dos depósitos em



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Manaus e em Boa Vista, e por maior que seja o depósito, o objetivo é que ele seja o menos usado possível a fim de que o bem seja logo alienado; a última verificação foi feita em setembro e havia 17 (dezesete) veículos em Manaus e 5 (cinco) veículos em Boa Vista; trata-se de um projeto simples mas capaz de promover grande diferença no objetivo de prazo e alienação de bens. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** disse que gostaria de agradecer a Juíza Maria de Lourdes Guedes Montenegro pelo projeto executado e por outras iniciativas importantes que foram implementadas pela CONAECJ durante a atual gestão, parabenizando também a servidora Gabriela Maria Aragão Nery, da Secretária-Geral Judiciária, pelo excelente trabalho em relação aos precatórios. **11 - Coordenadoria de Segurança Institucional (COSEG):** o Diretor da Coordenação de Segurança Institucional (COSEG), **Oswaldo Henrique Rodrigues da Silva**, agradeceu a Deus pela oportunidade de estar na reunião, à Dra. Ormy Bentes pelo convite de indicação recebido e ao Major Ailton Luiz dos Santos pelo excelente trabalho enquanto gestor da COSEG e por continuar assessorando a atual direção, tecendo os seguintes comentários sobre os projetos da unidade: **Monitoramento de Veículos por GPS:** anteriormente, havia sido cogitado o TáxiGov, matéria analisada ainda na gestão do Excelentíssimo Desembargador Lairto José Veloso, sendo, posteriormente, arquivada em face da rotatividade dos motoristas contratados, ou seja, o fato de não haver motoristas fixos, ter sido considerado algo que poderia criar uma sensação de insegurança para os usuários do transporte; essa possibilidade de terceirização da frota através do TáxiGov gerou dúvidas quanto à modalidade de contratação do serviço de GPS, se seria para toda a frota (serviços e representação/institucionais), pois a contratação poderia ser por licitação (se 66 veículos) ou contratação direta (se 33 veículos) dentro do valor limite legal da Lei de Licitações. Surgiu também outra dificuldade para a efetivação da referida contratação, que foi a necessidade de remanejamento de recursos para outras demandas do setor ou do tribunal, tendo a Secretaria de Orçamento e Finanças sugerido, na MA-162/2022, que a despesa fosse postergada. Assim, a publicação do edital de licitação está, até o momento, pendente da definição de recurso; **GES – Grupo Especial de Segurança:** - criação do GES dentro da MA-9620/2020, estando 90% concluído; lembrando um projeto de outrora chamado *Mais Saúde*, destacamos a criação de um *Espaço de Reabilitação Física e Mental*, um centro de recuperação destinado aos servidores e magistrados, nas dependências do Fórum Trabalhista de Manaus, que receberá o nome de Icleciomar Pereira “Sabará” em homenagem aos servidores vítimas da COVID; no referido local, atividades como aulas funcionais, pilates e yoga poderão ser realizadas, assim como a prática de atividades físicas pelos agentes policiais; - 100% concluída a *aquisição de Coletes Balísticos* (MA-286/2020), tendo sido recebidos em caráter definitivo 16 Coletes de Proteção Balística Nível III; - recebemos *12 (doze) Dispositivos Elétricos Incapacitantes*, e *20 (vinte) espargidores espuma de agente pimenta e 05 (cinco) espargidores spray de agente lacrimogêneo* (MA-354/2021), os quais estão sendo demonstrados neste momento pelo servidor da COSEG *Robson Barbosa Cordeiro*, equipamentos não letais de extrema importância para as diligências e para a própria segurança dos agentes de polícia judicial; - *aquisição de 38 (trinta e oito) pistolas calibre 9x19 mm*, com quatro carregadores e uma maleta (MA-706/2021): estando em tramitação, fase final 95%, sob o acompanhamento da Seção de Operações de Segurança (SGT Wederson), estando o Major Ailton Santos finalizando os trâmites; sobre esse quantitativo de 38 pistolas, temos 66 agentes policiais, porém, nem todos irão utilizar a pistola, havendo um percentual para atendimento da demanda, não podendo ser 100%; - *aquisição de Fardamento* (MA-156/2022): 95% concluído, todos os policiais judiciais usarão fardamento cujo modelo



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

foi unificado pelo CNJ; - *capacitação para acompanhar as Diligências e Itinerâncias em todo Amazonas - Estágio de Selva* (MA-707/2021): ficou pendente de realização em razão da pandemia, e, atualmente, por haver necessidade de recursos; - *capacitação para acompanhar as Diligências e Itinerâncias em todo Amazonas - Treinamento de Tiro* (MA-707/2021): foi realizada no dia 21 e 22 de outubro de 2021; - *capacitação para acompanhar as Diligências e Itinerâncias em todo Amazonas - Defesa Pessoal* (MA-707/2021): não foi realizada devido à pandemia e, atualmente, há a questão da falta de recursos; - *1º Curso de Formação Funcional da Polícia Judicial*: foi realizado durante 23 dias (09/08 a 03/09/21) na Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal (ANP/PF), na Cidade de Brasília, onde foram capacitados os APJs Alan Kardec e Osvaldo Henrique; - o *2º Curso de Formação Funcional da Polícia Judicial*: foi realizado em maio de 2022, na Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal (ANP/PF), na Cidade de Brasília, onde foram capacitados os APJ Paulo Jurema e Mateus (BV); quanto às dificuldades na execução do projeto, apontamos questões relacionadas à disponibilidade de recursos, o que exigiu a realização de análises das programações orçamentárias para viabilidade de saldos, à entrega de materiais pelos fornecedores e ao término de exercício financeiro; apontamos também dificuldades em relação à aquisição das pistolas, por se tratar de compra internacional, em que foi preciso fazer o desembaraço aduaneiro, tendo sido um aprendizado para todos nós; **Brigada de Incêndio TRT11**: a EJUD11 está analisando a possibilidade de desmembramento das turmas para treinamento, separando-se a de Manaus e a de Boa Vista; tivemos a suspensão de treinamentos nos anos de 2020 e 2021, e demos início à reestruturação da Brigada de Incêndio buscando-se a captação de novos brigadistas, em face da baixa sofrida no número de brigadistas, o que se deu pelos mais diversos motivos (falecimento, comorbidades, pedidos de afastamento, requisitados, ex-estagiários, redistribuição, posse em outro cargo público, etc.); o percentual de realização desse projeto é 80%; **Seção de Inteligência e Contraineligência**: - o APJ Ruy Fernando realizou o estágio na área de Inteligência, na Escola de Inteligência Militar do Exército Brasileiro (EsIMEx), em Brasília/DF; já estamos providenciando a referida capacitação para Fábio Amaral e Jefferson Cavalcante, servidores lotados na Seção de Inteligência e Contraineligência – SEINCO; já foi implementada a Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública – **Córtex** e Método Integrado de Gestão de Riscos – **MIGRI**, para qualquer eventualidade, qualquer tentativa de invasão ou agressão aos colegas e ao nosso tribunal; o percentual de realização desse projeto é 90%. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** afirmou que gostaria de esclarecer o fato de o Major Ailton Luiz dos Santos não estar mais à frente da segurança do TRT11: o desligamento do Major Ailton ocorreu em face da necessidade de atendimento à Resolução CSJT n. 315/2021, que dispõe, em seu artigo 4º, que os cargos de gestores da polícia judicial deverão ser ocupados por agentes do próprio quadro, não havendo, pois, outro motivo para a mudança na direção da Coordenadoria de Segurança Institucional, tendo este assunto sido tratado pessoalmente com o Major Ailton, que se encontra, no momento, prestando apoio à COSEG. A **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** afirmou ainda que o posicionamento do CSJT era bastante justo, pois representava valorização e reconhecimento dos servidores. Sobre o Centro de Reabilitação Física e Mental, a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** ressaltou que se tratava de ideia compartilhada também pela Diretora da SGPEs, sendo relevante a criação de um espaço especialmente dedicado à recuperação da saúde de magistrados e servidores, estando já em andamento tratativas quanto ao instrutor/profissional para as atividades de pilates e yoga. **Quanto à**





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

prática de atividades físicas pelos agentes de polícia judicial, que foi mencionada na fala do Diretor da COSEG, a Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11 alertou que, na atual gestão, não foi autorizado o uso do referido espaço para tal finalidade, o que poderia ser revisto pela próxima administração. Já no que se refere à contratação do serviço de TáxiGov e interrupção de projetos da COSEG, houve a necessidade de realocação orçamentária a projetos de outros setores, que estavam com status mais avançado e de maior urgência, bem como diante da possibilidade de finalização ainda durante minha gestão. Finalmente, ressalto que o processo de aquisição das 38 pistolas teve início na gestão do Excelentíssimo Desembargador Lairto Veloso e, devido ao meu afastamento por questão de saúde no período de janeiro a abril de 2021, quando retornei ao exercício da Presidência, o processo já se encontrava em status avançado; **12 - Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade (SEAMB):** a Chefe da Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade, a servidora **Paula Sauer Diehl** iniciou sua apresentação via Google Meet, por não se encontrar naquele momento em Manaus, falando o seguinte: gostaria de fazer uma retrospectiva do projeto **TRT11 Sustentável**, sendo importante esclarecer que as ações implementadas pela SEAMB buscam o atendimento das metas do PLS (Plano de Logística Sustentável), sendo as principais as seguintes: a primeira atividade foi a inclusão da sustentabilidade no Plano de Gestão da Presidência, depois, foi feita a elaboração do PLS, com vigência 2021-2026, bem como a inclusão do eixo sustentabilidade no Sistema Hórus, a elaboração do Relatório Consolidado dos Resultados relativos à Gestão de Consumo do TRT11, a Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Soka da Amazônia, iniciando-se uma nova fase de compensação ambiental, a Adesão ao Pacto Global da ONU, a Adesão ao HUB ODS Amazônia, a Assinatura da Carta da Terra, o plantio de mudas de árvores nativas em homenagem aos servidores falecidos em decorrência da COVID-19. Como houve problemas de conexão a partir daquele momento, a **Diretora da SEGEST** sugeriu dar continuidade à apresentação da SEAMB, sugestão que foi aceita pela **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11**. A **Diretora da SEGEST** listou então as seguintes atividades: - Aquisição de copos oxibiodegradáveis para público externo, em substituição aos copos plásticos; - Aquisição de canecas duráveis e realização de campanha de conscientização “Adote uma Caneca”, para o público interno, tendo sido adquiridas 580 unidades em 2021 e 500 unidades em 2022; - Participação na “1ª Conferência sobre Emergência Climática e Justiça Climática do Poder Judiciário” realizada no TRT2 (SP), com apresentação de boas práticas socioambientais realizadas pelo TRT11; - Formalização do contrato de Coleta Seletiva com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Manaus – Aliança; - “Campanha Acerte na lata”; - Palestra para servidores e terceirizados sobre a Coleta Seletiva; - Doação de brinquedos para Cooperativas de Catadores no mês da criança (ação social); atividades em execução: - Estudo para inclusão de projetos de Acessibilidade e Inclusão no planejamento estratégico da Seção de Gestão Socioambiental; - Segunda fase do Projeto “Adote uma Caneca”; - Finalista para apresentação de boas práticas no Encontro Anual de Sustentabilidade da JT. Ao que a **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** comentou que a sustentabilidade integrava o rol de diretrizes da gestão 2020-2022, estando contemplado no PGP o Programa de Responsabilidade Socioambiental. Nesse sentido, destacou que sempre apoiou a adoção de ideias transformadoras para a proteção do planeta, acrescentando que a Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade havia solicitado um curso à EJUD11, mas tal solicitação não fora atendida devido à restrição de recursos orçamentários; caso tivesse sido realizada a capacitação, acreditava que isso poderia ter



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região**  
**SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

contribuído para um melhor desempenho do Regional em relação a essa temática. Acrescentou também que a Chefe da SEAMB, por desconhecimento, não levou essa demanda à Presidência do Regional, que, ciente da relevância da ação, teria autorizado a capacitação, salientando que havia autorizado a realização de outros cursos ou eventos que chegaram ao conhecimento da alta administração, sem comprometimento do orçamento da EJUD11, a exemplo do 1º Encontro de Gestores do TRT11 e do 1º Encontro de Operadores Orçamentários da Justiça do Trabalho, cujos recursos foram provenientes do orçamento dos próprios projetos. A **Excelentíssima Desembargadora Presidente do TRT11** teceu ainda outros comentários sobre sua gestão, enfatizando que sempre privilegiou a questão da saúde dos servidores e magistrados, preocupação maior em relação a qualquer premiação que o tribunal porventura viesse a ganhar, não se tratando de uma desculpa, mas foi feito o que era possível fazer em um cenário pós-pandêmico, em que houve perdas de vidas, impactos na saúde mental em virtude da pandemia, restrições orçamentárias dentre outros problemas, desejando ao novo presidente sucesso na condução do Regional e agradecendo aos gestores pelas iniciativas estratégicas implementadas, considerando positivo o balanço da gestão 2020-2022, lembrando que o plantio de mudas foi um gesto simbólico do TRT11 de homenagear os servidores que partiram e que cada árvore era o colega que estava renascendo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 13 horas e 16 minutos, sendo lavrada a presente ata por mim, **Winder Jane Moreira Silva**, Chefe da Seção de Gerenciamento de Projetos e secretária da presente reunião, que depois de lida e achada conforme será assinada por quem de direito.

**ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES**  
Desembargadora Presidente do TRT da 11ª Região  
*Assinado eletronicamente*